TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS - TCE-GO

07/11/2024

SUMÁRIO

Transporte público em evolução	3
Dia D da Aposentadoria simplifica e agiliza processos para servidores da Seduc	4
Comissão de Finanças se reúne nesta quarta-feira e aprova arquivamento de seis relatórios de gestão de secretarias e TCE | Portal da Alego	5
TCE-GO cria método para medir eficiência das ações do governo estadual	6
TCE-GO vai medir eficiência das ações de governo	7

O POPULAR - GO | 06/11/2024 00:00 | IMPRESSO

Transporte público em evolução



Francisco Caldas

Diretor-presidente da Metrobus

De um serviço irregular e impontual, com uma frota marcada por constantes quebras e atrasos em anos anteriores, a um exemplo de eficiência no transporte público. A Metrobus, que antes enfrentava desafios com a manutenção dos seus ônibus, agora vive uma nova fase. Fruto de uma gestão focada em melhorias e no bem-estar dos passageiros, o cenário de veículos parados nas ruas deu lugar a um sistema ágil e confiável.

Saímos da última posição para a liderança do ranking de operadoras com o melhor índice de cumprimento de viagens no Eixo Anhanguera. Esse avanço foi possível graças a uma reorientação de gestão que, desde o governo Caiado, promoveu uma ampla melhoria na estrutura operacional da empresa, com foco na recuperação da frota, capacitação dos funcionários, melhorias operacionais e solução de passivos cíveis e trabalhistas.

A empresa vive um dos melhores momentos de sua operação nas últimas décadas, atuando em conjunto com outras operadoras no Eixo e suas extensões. A Metrobus já soma 24 meses consecutivos alcançando a realização de 100% das viagens programadas, com uma frota a diesel revitalizada e em pleno funcionamento. Esse comprometimento diário tem garantido regularidade, segurança e pontualidade nos serviços.

Alcançar esse patamar não foi fácil. A frota envelhecida, sem reparos adequados, gerava diversos transtornos, agravados pelo pavimento deteriorado. Hoje, esse cenário é completamente diferente. A manutenção cuidadosa não apenas reduziu drasticamente os problemas mecânicos, mas também elevou o padrão de atendimento, proporcionando uma experiência mais segura e confortável ao usuário. A renovação e o monitoramento dos ônibus tornaram-se prioridades da gestão e foram cruciais para essa transformação.

Esse salto de qualidade foi dado com responsabilidade e transparência. Nesse sentido, tivemos o orgulho de receber o selo Diamante de Transparência do Programa de Compliance Público do Estado de Goiás (PCP). Além disso, com controle rigoroso e relatórios transparentes, tivemos a aprovação das contas de gestão sem ressalvas pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).

Agora, o horizonte da empresa se projeta para a eletromobilidade. Desde o primeiro semestre deste ano estamos operando dois veículos elétricos articulados de 23 metros, climatizados e equipados com alta tecnologia. Em breve, novos ônibus estarão chegando à nossa garagem para entrar em operação no Eixo. Até 2026, toda a frota será substituída por modelos elétricos.

A Metrobus será referência em eletromobilidade. Além do Eixo Anhanguera, a partir de 2025, com nossa expertise, vamos expandir nosso mercado ao operar veículos elétricos do Sistema BRT Norte-Sul, também dentro do projeto da Nova RMTC, sendo uma operadora participante do novo consórcio SMB. Essa trajetória de crescimento e inovação consolida a empresa como um exemplo de adaptação e eficiência, buscando atender às necessidades de mobilidade urbana de forma moderna e sustentável.

Dia D da Aposentadoria simplifica e agiliza processos para servidores da Seduc

Da Redação
redacao@jornalgoias.com.br



Desde 2019, o Governo de Goiás tem implementado iniciativas para reduzir a burocracia em diversos setores, com foco especial em facilitar o acesso aos direitos dos servidores estaduais. Na Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc), uma das ações é o "Dia D da Aposentadoria", uma data reservada mensalmente para a análise e agilização dos processos de aposentadoria dos servidores da Educação.

A medida tem mostrado resultados expressivos, com um ganho real na redução do tempo de tramitação, proporcionando maior celeridade no atendimento aos servidores que já possuem os requisitos para o benefício.

O "Dia D da Aposentadoria" é uma ação conjunta da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Seduc, que reúne uma equipe de aproximadamente 50 profissionais para analisar e organizar os documentos de cada processo, de forma a garantir que estejam completos e em conformidade com as exigências legais da GoiásPrev e do Tribunal de Contas.

A meta é minimizar falhas documentais que causam atrasos, como explica Jaqueline Lago, gerente responsável pelo setor:

"Os processos têm que estar fechados 100%, não é meio por cento, não é 90%, 99%. Ele tem que atender na íntegra, tanto a GoiásPrev como ao Tribunal de Contas. Se o processo apresentar alguma pendência, ele será devolvido e isso demanda tempo, pois o fluxo é longo, passando por várias instâncias até retornar ao servidor", explicou Jaqueline.

Para Jaqueline Lago, muitos dos atrasos ocorrem devido à falta de documentos essenciais, como comprovações de identidade e de endereço atualizado, principalmente para professores, além de registros específicos que comprovem a atividade no magistério. A gerente destaca a importância de processos completos para evitar a devolução.

"Os processos carecem de diligência e documentos, sejam eles identidade, comprovante de residência atualizado ou documentos relacionados ao estado civil do servidor. A GoiásPrev devolve o processo incompleto, e isso significa mais tempo de tramitação".

Para enfrentar esses desafios, o "Dia D" busca resolver o máximo de pendências em um único dia. Durante a data, todos os processos selecionados passam por uma revisão minuciosa para garantir que os documentos necessários estejam anexados, minimizando o risco de devoluções e a demora.

A Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) se reuniu, na tarde desta quarta-feira, 7, no Auditório Júlio da Retifica, para discutir e votar uma série relatórios de gestão de órgãos estaduais e do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE). Entre os processos analisados, destacam-se aqueles com parecer pelo apensamento e arquivamento.

Aprovados para o arquivamento

Processo nº 9993/24: Relatório trimestral de atividades do TCE, referente ao 1º trimestre de 2024.

Processo nº 1169/24: Termo de Convênio do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Processo nº 1173/24: Convênio **nº 004/2023** do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, destinado à proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte.

Processo nº 3054/24: Convênio nº 9504441/2023 entre o Ministério dos Direitos Humanos e a Universidade Estadual de Goiás.

Processo nº 4393/23: Análise técnica de contratos de prestação de serviços realizada pela Secretaria de Estado da Saúde em parceria com o Instituto Gênnesis.

Processo nº 18911/24: Relatório Consolidado do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Artigo 30, referente ao 2º trimestre de 2024.

Apensamento

Além dos arquivamentos, o processo **nº 8506/23**, referente a uma errata do relatório nº 25/2023 da Secretaria de Estado da Saúde foi aprovado com parecer favorável para apensamento.

Pedido de Vista

O deputado Antônio Gomide (PT) pediu vista ao processo **nº 0494/23** que trata da Prestação de Contas Anual do Governo do Estado de Goiás, referente ao exercício de 2022.

Ao final do encontro, foi comunicado aos parlamentares que no dia 13 de novembro acontece uma audiência pública com a Secretaria de Estado da Saúde e, no dia 27 de novembro, a audiência é com a Secretaria de Economia.

TCE-GO cria método para medir eficiência das ações do governo estadual

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) apresentou, nesta quarta-feira (6), o projeto de criação do Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEGE- GO), indicador que vai medir a eficiência e a qualidade da gestão pública estadual. O marcador vai verificar a qualidade da gestão nas principais pastas: educação, saúde, segurança pública, meio ambiente, desenvolvimento econômico, gestão fiscal e planejamento.

O IEGE-GO vai definir indicadores para verificar como estão a gestão e os resultados do Estado. O Índice de Efetividade será apurado por meio de questionários e vai permitir a construção de série histórica para acompanhamento da efetividade da gestão estadual ao longo dos anos.

A iniciativa é uma proposta da Rede Nacional de Indicadores Públicos (Rede Indicon), intregrada ao TCE- GO. A versão que está sendo elaborada especificamente para Goiás vai levar em consideração os aspectos específicos do Estado, por meio de parceria entre o Tribunal de Contas, o Instituto Verbena da Universidade Federal de Goiás e os gestores do Estado.

O questionário, de preenchimento obrigatório, será aplicado a cada um ou dois anos. Ao final do processo, o relatório final será apresentado e levado para análise do TCE-GO, que poderá sugerir recomendações de melhoria ao Poder Executivo com base nos dados levantados no estudo.

A Conselheira Carla Santillo afirma que a nova ferramenta pode contribuir com o Estado, na medida em que vai apontar os pontos fracos e as oportunidades de melhoria nas mais diversas áreas de atuação pública. “Ninguém gosta de ser mal avaliado, por isso a ferramenta vai contribuir para que os recursos públicos cheguem com ações de qualidade em benefício do cidadão”, destacou.

Leia mais sobre: Política

A REDAÇÃO - GO | 06/11/2024 19:58 | SITE

TCE-GO vai medir eficiência das ações de governo

A Redação

Goiânia - Um indicador para medir a eficiência e a qualidade da gestão pública estadual foi apresentado nesta quarta-feira (6/11) pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) para os gestores de órgãos públicos. O Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEGE- GO) será apurado por meio de questionários e vai permitir a construção de série histórica para acompanhamento da efetividade da gestão estadual ao longo do tempo, sob o enfoque das dimensões selecionadas.

O encontro foi aberto pela Conselheira Carla Santillo, que destacou a importância da participação dos gestores, que foram convidados a contribuir para a validação dos critérios que vão compor o índice. Para a Conselheira, a nova ferramenta pode contribuir com o Estado, na medida em que vai apontar os pontos fracos e as oportunidades de melhoria nas mais diversas áreas de atuação pública. E pontuou: “Ninguém gosta de ser mal avaliado, por isso a ferramenta vai contribuir para que os recursos públicos cheguem com ações de qualidade em benefício do cidadão”.

O Iege-Go vai definir indicadores para verificar como estão a gestão e os resultados do Estado em áreas como educação, saúde, segurança pública, meio ambiente, desenvolvimento econômico, gestão fiscal e planejamento. O índice é uma proposta da Rede Nacional de Indicadores Públicos (Rede Indicon), à qual o TCE-GO está integrado, e a versão que está sendo elaborada vai levar em consideração os aspectos específicos de Goiás, por meio de parceria entre o Tribunal de Contas, o Instituto Verbena da Universidade Federal de Goiás e os gestores do Estado.

Também na abertura, o secretário de Controle Externo do TCE-GO, Sérvio Túlio Teixeira, reforçou que o índice tem um caráter de diagnóstico, para que a própria administração tenha um horizonte para melhorar a gestão governamental a cada ciclo. Ele lembrou que o IEGE reflete uma nova era de controle externo, em que o Tribunal de Contas fiscaliza não somente aspectos de conformidade com a lei, mas também a avalia o desempenho da gestão pública, sobretudo quanto à sua efetividade, ou seja, o impacto do gasto público na vida do cidadão.

Na sequência, a diretora- executiva do Instituto Verbena, destacou a iniciativa do TCE- GO de chamar a academia para participar dessa construção coletiva. “O índice vai contribuir para o planejamento e para tomadas de decisão, baseadas em evidências cuidadosamente estudadas e aprovadas”, disse. Também da UFG, o professor Mário Ernesto Diaz apresentou um resumo da metodologia empregada para a construção dos quesitos constantes no índice.

O Iege-Go foi apresentado pelos auditores de controle externo Rodrigo Cruvinel, que é gerente de Fiscalização do Eixo Administrativo do TCE-GO, Cristiano Reis, chefe do Serviço de Fiscalização da Administração do Estado e Ana Carolina Rauta de Souza, integrante da equipe de fiscalização responsável pela construção e aplicação da ferramenta.

Além de explicar o que é o Iege, eles fizeram sua contextualização histórica, mostraram sua estrutura, etapas de desenvolvimento e cronograma de implementação. O questionário, de preenchimento obrigatório, será aplicado a cada um ou dois anos. Ao final do processo, será apresentado relatório a ser levado para análise do TCE- GO, que poderá apresentar recomendações de melhoria ao Poder Executivo.

Leia mais:
TCE-GO divulga nomes dos 52 aprovados em concurso público